

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2015, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Rua Vieira Morais nº2.110, conjunto 801, e tem como objetivo social a atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, bem como o fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente em domicílio. Especializa-se no provimento de soluções digitais para a aproximação entre profissionais da saúde e pacientes, incluindo o agendamento de consultas médicas em domicílio por meio de aplicativo, além do agendamento de exames e vacinas.

A Companhia tem como controladora direta a Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR) com 89,02% das ações, e tem como controladora indireta a Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or). A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e publicou em 27/03/2023 no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

1.1. Associação Sul América S.A. (SASA) e Rede D'Or

Em 23/02/2022, a SASA, então controladora indireta da Companhia, e a Rede D'Or informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, o Acordo de Associação e o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SASA pela Rede D'Or (Protocolo e Justificação), por meio dos quais acordaram os termos e condições de uma operação de combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or (Operação), nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM nº 565/2015, resultando (i) na extinção da SASA, sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA aos titulares na data de consumação da Incorporação (Acionistas SASA).

A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odontologia, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio.

A Operação estava sujeita a condições precedentes previstas em contrato e às aprovações das Assembleias Gerais das duas companhias e seus órgãos reguladores competentes.

Em 14/04/2022, a Operação foi submetida e aprovada pelas Assembleias Gerais da SASA e da Rede D'Or.

Em 10/08/2022, a Operação foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Em 07/11/2022, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) decidiu pela aprovação da Operação sem restrições. Esta decisão foi publicada no dia 08/11/2022, quando se iniciou o prazo de 15 dias para eventuais manifestações de terceiros ou avocação do Tribunal do CADE. Após manifestações de terceiros interessados, em 14/12/2022 ocorreu a sessão de julgamento em que o Tribunal do CADE aprovou, sem restrições, a Operação.

Em 19/12/2022, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou o pedido de aprovação prévia relativo à transferência do controle acionário das sociedades controladas pela SASA para a Rede D'Or, no contexto da Operação, com restrições, que incluem:

- Abstenção de representante da Rede D'Or no Conselho de Administração da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp) em voto de deliberação exclusivas de assuntos das operadoras do Grupo SulAmérica;
- Não comercialização exclusiva pela Qualicorp dos produtos do Grupo SulAmérica e nem dos produtos do Grupo SulAmérica exclusivamente pela Qualicorp;
- Realização de medidas de saneamento econômico-financeira de controlada do grupo; e
- Monitoramento da Operação por 2 anos a partir da data de sua aprovação.

Em 20/12/2022, os Conselhos de Administração de ambas as companhias se reuniram e, diante do implemento das condições

precedentes aplicáveis, autorizaram a imediata consumação da Operação.

Uma vez implementada e concluída a Operação, portanto, os acionistas da SASA migraram para a base acionária da Rede D'Or, que segue como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. A Rede D'Or, por sua vez, assumiu o controle das sociedades que eram controladas, direta ou indiretamente, pela SASA, como no caso desta Companhia

1.2. Análise de impactos trazidos pela COVID-19

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11/03/2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial. No Brasil, em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como restrições à circulação de pessoas, quarentena de pessoas que transitam por áreas de maior risco, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Em 22/04/2022 o Ministério da Saúde declarou fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela COVID-19. O Ministério da Saúde considerou a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS), a melhora no cenário epidemiológico no país e o avanço da campanha de vacinação. O Brasil registra queda de mais de 80% na média móvel de casos e óbitos pela COVID-19, em comparação com o pico de casos originados pela variante Ômicron, no começo deste ano. Os critérios epidemiológicos, com parecer das áreas técnicas, indicam que o país não está mais em situação de emergência de saúde pública nacional.

Nesse sentido, não identificamos eventos significativos para a Companhia e suas operações vinculados à COVID-19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 06/04/2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 4).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas adotadas

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- O reconhecimento das consultas efetuadas é realizado no final do mês através da emissão de nota fiscal ou da provisão contábil na receita (competência).
- O reconhecimento dos custos é realizado através de estimativa, pois a apuração dos relatórios SLA, escala médica e avulso plantonista é realizada apenas no primeiro dia útil do mês subsequente.

3.1.2. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e

- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulantes e não circulantes

Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir:

3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

3.2.2. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.2.3. Redução ao valor recuperável

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, onde estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

3.3. Intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida são registrados inicialmente pelo custo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

3.5. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras (nota 5) e ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros (nota 7.).

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

3.6.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações à IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (Alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (Alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e
- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (Alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de riscos

Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos de empresas do grupo. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos associados aos seus instrumentos financeiros.

5. Aplicações financeiras

5.1. Composição das aplicações financeiras

Em 31/12/2022, o saldo das aplicações financeiras está representado pelas cotas de fundo de investimento não exclusivo do Santander Fundo de Investimento SAS Cash Renda Fixa, inscrito no CNPJ sob o nº 10.979.008/0001-03, no montante de R\$6.034 (R\$14.039 em 2021).

6. Títulos e créditos a receber

Descrição	2022	2021
Contas a receber de clientes (nota 6.1)	12.013	9.728
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (nota 6.1)	(884)	(76)
Outros	69	48
Total	11.198	9.700
Circulante	11.198	9.700

6.1. Contas a receber de clientes

Descrição	2022		2021	
	Contas a receber de clientes	Provisão para perda de crédito esperadas (a)	Contas a receber de clientes	Provisão para perda de crédito esperadas (a)
A vencer	9.526	(598)	8.608	(9)
Vencidos				
Até 30 dias	332	(22)	131	(1)
De 31 a 60 dias	206	(9)	85	(1)
De 61 a 90 dias	60	(3)	144	(2)
De 91 a 180 dias	827	(112)	478	(4)
De 181 a 360 dias	708	(67)	57	(7)
Mais de 360 dias	354	(73)	225	(52)
Total	12.013	(884)	9.728	(76)

(a) Para calcularmos a perda incorrida e esperada por cliente, efetuamos um ranking de clientes internacionais e nacionais, demonstrando todo o saldo em aberto dos devidos clientes conforme o saldo total do contas a receber.

7. Créditos Tributários

Descrição	2022	2021
Tributos a compensar/recuperar	765	232
Créditos tributários - Prejuízo fiscal e base negativa de IR/CSLL (nota 7.1)	3.885	2.106
Total	4.650	2.338
Circulante	765	232
Não circulante	3.885	2.106

7.1. Créditos tributários - Prejuízo fiscal e base negativa de IR/CSLL

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Constituição	Saldo em 31/12/2021
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	2.106	2.106
Total dos créditos tributários	-	2.106	2.106

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Saldo em 31/12/2022
Provisão para contingências e obrigações fiscais	-	300	300
Outros	-	76	76
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	376	376
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	2.106	1.403	3.509
Total dos créditos tributários	2.106	1.779	3.885

Em 31/12/2022, as bases de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar são formadas como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2020	4.030	4.033
2021	2.192	2.192
2022	4.221	4.221
Saldos a compensar	10.443	10.446

Em 31/12/2022, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2023	21%	20%
2024	16%	16%
2025	27%	26%
2026	36%	38%
Total	100%	100%

8. Intangível

Em 31/12/2022 e 2021, nas demonstrações financeiras, o intangível é representado conforme a seguir:

Descrição	Custos de desenvolvimento e licenças de software
Custo	
Saldo em 01/01/2021	976
Adição	855
Saldo em 31/12/2021	1.831
Amortização acumulada	
Saldo em 01/01/2021	(544)
Amortização	(221)
Saldo em 31/12/2021	(765)
Saldo residual em 31/12/2021	1.066
Vida útil estimada	5 anos

Descrição	Custos de desenvolvimento e licenças de software
Custo	
Saldo em 31/12/2021	1.831
Adição (a)	12.613
Saldo em 31/12/2022	14.444
Amortização acumulada	
Saldo em 31/12/2021	(765)
Amortização (a)	(1.902)
Saldo em 31/12/2022	(2.667)
Saldo residual em 31/12/2022	11.777
Vida útil estimada	5 anos

(a) Adições e amortizações referentes ao Projeto Saúde Integral.

9. Contas a pagar

9.1. Obrigações a pagar

Em 31/12/2022 e 2021, as obrigações a pagar da Companhia estavam representadas por:

Descrição	2022	2021
Fornecedores	2.877	3.145
Honorários de administradores a pagar	1.018	745
Participação do resultado a pagar	-	1.055
Total	3.895	4.945
Circulante	3.895	4.945

9.2. Impostos e contribuições

Em 31/12/2022 e 2021, os impostos e contribuições da Companhia estavam representados por:

Descrição	2022	2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	(153)	(57)
Contribuições PIS e COFINS	166	153
Imposto de Renda Pessoa Física – IRRF	216	143
Imposto Sobre Serviços - ISS	139	80
Contribuição INSS	362	512
Outros	129	181
Total	859	1.012
Circulante	859	1.012

10. Partes relacionadas

10.1. Transações

Os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2022	2021	2022	2021
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b)	Ligada	Traditio Companhia de Seguros	7.809	7.063	100	173
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	776	379	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	176	424	1	1
Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Serviços de Saúde S.A.	75	-	-	-
Instituto SulAmérica (a)	Associação	Sul América Companhia de Seguro Saúde e Sul América Serviços de Saúde S.A.	10	-	-	-
Total			8.846	7.866	101	174

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2022	2021	2022	2021
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b)	Ligada	Traditio Companhia de Seguros	40.923	39.130	(1.094)	(1.499)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	8.493	7.683	(396)	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.618	875	(13)	(8)
Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Serviços de Saúde S.A.	1.101	-	-	-
Instituto SulAmérica (a)	Associação	Sul América Companhia de Seguro Saúde e Sul América Serviços de Saúde S.A.	232	-	-	-
Total			52.367	47.688	(1.503)	(1.507)

(a) Valor referente à prestação de serviços;

(b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo; e

(c) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido pela SulAmérica a todos os colaboradores.

10.2. Remuneração da administração

A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Total
Contas a pagar		
2022	1.018	1.018
2021	745	745
Despesas		
2022	(1.854)	(1.854)
2021	(1.401)	(1.401)

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31/12/2022, o capital social da Companhia é de R\$38.996 (R\$27.996 em 2021), dividido em 285.845 (234.627 em 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2021, a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social em dinheiro da Companhia no valor total de R\$6.500, com a emissão de 30.265 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$214,77 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$21.496 para R\$ 27.996.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social em dinheiro da Companhia no valor total de R\$11.000, com a emissão de 51.218 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$214,77 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$ 27.996 para R\$ 38.996.

11.2. Distribuição do resultado

Descrição	2021
Resultado antes de impostos e contribuições	2.452
(+) Impostos e contribuições	1.537
Lucro líquido do exercício (a)	3.989
(+) Compensação de prejuízos	(3.989)
Lucro líquido do exercício após compensações	-

(a) Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

12. Receitas operacionais

Em 31/12/2022 e 2021, as receitas operacionais da Companhia são as seguintes:

Descrição	2022	2021
Receitas:	64.267	59.099
Prestação de serviços	64.267	59.099
Impostos sobre receita:	(7.325)	(6.561)
PIS/COFINS	(6.019)	(5.393)
ISS	(1.306)	(1.168)
Total	56.942	52.538

13. Custos dos serviços

Em 31/12/2022 e 2021, os custos da Companhia são os seguintes:

Descrição	2022	2021
Serviços de terceiros	(39.509)	(33.506)
Pessoal próprio	(5.702)	(4.572)
Total	(45.211)	(38.078)

14. Despesas administrativas

Em 31/12/2022 e 2021, as despesas administrativas da Companhia são as seguintes:

Descrição	2022	2021
Pessoal próprio	(8.969)	(8.184)
Serviço de terceiros	(3.873)	(2.903)
Localização e funcionamento	(234)	(73)
Depreciação e amortização	(2.099)	(274)
Publicidade e propaganda	(689)	(504)
Outras	(1.301)	(77)
Total	(17.165)	(12.015)

15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	(5.114)	(5.114)	2.452	2.452
Receitas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	1.279	460	(613)	(221)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Correntes:				
Adições:				
Redução ao valor recuperável	(202)	(72)	-	-
Despesas não dedutíveis	(22)	(8)	(39)	(14)
Subtotal	(224)	(80)	(39)	(14)
Exclusões:				
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos tributários	-	-	29	11
Outras	4	-	24	-
Subtotal	4	-	53	11
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(1.055)	(380)	-	-
Compensações	-	-	187	67
Subtotal	(1.055)	(380)	187	67
Redução de incentivos fiscais				
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	4	-	(412)	(157)
Diferidos:				
Constituição crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	1.020	382	1.548	558
Constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias	240	87	-	-
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(16)	(6)	-	-
Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	1.244	463	1.548	558
Receitas com imposto de renda e contribuição social	1.248	463	1.136	401
Alíquota efetiva	24,40%	9,05%	-46,33%	-16,35%
Alíquota efetiva combinada		33,45%		-62,68%